



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10980.007497/2003-13  
**Recurso nº** Embargos  
**Acórdão nº** 1401-001.276 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 28 de agosto de 2014  
**Matéria** CSLL  
**Embargante** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** HSBC DIST DE TIT VAL MOBILIARIOS BRASIL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

Ano-calendário: 1998

OBSCURIDADE. MATÉRIA JÁ ANALISADA PELA DRJ.

Merecem ser acolhidos os embargos de declaração para reconhecer que a exclusão de juros e multa já havia sido analisada pela Primeira Instância.

Embargos acolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, CONHECER e ACOLHER os embargos, para sanar erro material, sem efeitos infringentes, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

*Assinado digitalmente*

Jorge Celso Freire da Silva - Presidente.

*Assinado digitalmente*

Maurício Pereira Faro - Relator.

Participaram do julgamento os conselheiros Jorge Celso Freire da Silva (Presidente), Mauricio Pereira Faro, Alexandre Antonio Alkmim Teixeira, Sergio Luiz Bezerra Presta, Antônio Bezerra Neto e Fernando Luiz Gomes de Mattos

## Relatório

Trata-se de embargos de declaração contra acórdão que julgou parcial provimento ao Recurso Voluntário do contribuinte. Por bem resumir a questão ora examinada, adoto e transcrevo parte do relatório anterior:

*Trata-se de processo administrativo, consubstanciado em auto de infração originado de auditoria interna nas "DCTF" da Recorrente, relativas ao Segundo, Terceiro e Quarto Trimestres de 1998, por meio do qual a fiscalização objetiva a cobrança de créditos tributários devidos a título de estimativas mensais de CSLL, vinculadas a processo judicial como com exigibilidade suspensa, em face de não haver sido localizado o processo judicial informado na DCTF, além da multa de ofício do art. 44, da Lei nº9.430, de 1996 e dos encargos legais, sob a alegação de ausência de recolhimento dessa contribuição à alíquota de 30%, bem como de não comprovação da existência do Mandado de Segurança no 96.00047413, indicado pela Recorrente como motivo de suspensão da exigibilidade do crédito tributário em questão.*

*Devidamente científicada da lavratura do auto de infração, a Recorrente apresentou a competente impugnação, em 15/08/2003, sustentando a irregularidade da autuação em razão dos depósitos judiciais efetuados de forma integral e tempestivamente.*

*Após o regular processamento do feito, em 17/05/2007, a Recorrente foi científicada da decisão pela Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba (doc. 04), que julgou procedente o lançamento fiscal, conforme se observa pela leitura da ementa abaixo transcrita:*

**ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário**

**Ano- calendário: 1998**

**Ementa: DCTF. CSLL. EXIGÊNCIA SUB JUDICE.**

*É cabível o lançamento de ofício para evitar a decadência do débito sub judice de CSL não confessado.*

*Lançamento Procedente.*

*Em face de tal julgamento, interpôs a recorrente o presente recurso, sustentando os seguintes argumentos: Preliminarmente, a inadequação do meio utilizado, uma vez que ante a ausência de ato irregular praticado pelo contribuinte, haja vista o depósito judicial do valor discutido, o correto seria a notificação de lançamento do débito e não a lavratura do auto de infração; Preliminarmente, que não havia renunciado à esfera administrativa expressamente e que no processo judicial a discussão seria do direito em tese; Desnecessidade do auto de infração haja vista que a entrega de DCTF já se demonstra meio idôneo para a constituição do crédito tributário; A inconstitucionalidade da majoração de alíquotas da CSL para instituições financeiras; A inexigibilidade de multa e juros, notadamente calculados pela SELIC;*

Em decorrência disto, o Contribuinte interpôs Recurso Voluntário, alegando preliminarmente que o Auto de Infração seria nulo, uma vez que o contribuinte não havia cometido nenhuma irregularidade passível de sanção. No mérito, alegou que a manutenção do crédito tributário discutido na presente demanda, depende do resultado final do Mandado de Segurança nº 96.0004741-3.

Em face destes argumentos, a 4º Câmara/ 1ª Turma Ordinária do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, proferiu acórdão, assim emendado:

*PRELIMINAR DE NULIDADE AFASTADA CONCOMITÂNCIA. RECURSO PARCIALMENTE NÃO CONHECIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF Nº 1.*

*DEPÓSITO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA E JUROS.*

*APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF Nº 5.*

*Recurso conhecido em parte e provido.*

Inconformada, a Fazenda Nacional opôs Embargos de Declaração, alegando em síntese que o acórdão recorrido incorreu em obscuridade eis que a Delegacia da Receita Federal de Julgamento/ Curitiba-PR, já havia se pronunciado favoravelmente quanto à exclusão da multa e dos juros de mora.

É o relatório.

## Voto

Primeiramente, os embargos são tempestivos, motivo pelo qual os recebo nos termos da lei.

O Embargante sustenta existir omissão no acórdão embargado, argumentando que não houve análise da fundamentação legal: “*DRJ já havia se pronunciado favoravelmente quanto à exclusão da multa e dos jutos de mora.*”.

Com razão a Embargante, na medida em que a DRJ já havia analisado essa questão e considerado a exclusão de multa e juros.

Ante o exposto acolho os embargos para sanar a obscuridade, sem efeitos infringentes.

É como voto.

Maurício Pereira Faro - Relator

CÓPIA